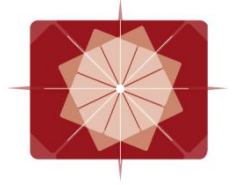




CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO



Planejamento Estratégico Nacional

## RESULTADOS FINAIS DOS ENCONTROS REGIONAIS

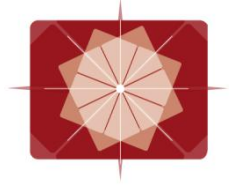


CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

## ESTRATÉGIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO



Planejamento Estratégico Nacional

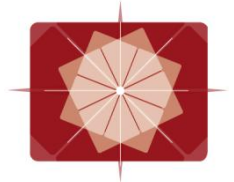
## SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS

Atendendo a solicitação do CNMP, o presente documento organiza os resultados dos Encontros Regionais realizados em Brasília (28 e 29 de março), em Porto Alegre (31 de março e 01 de abril) e em São Paulo (28 e 29 de abril). A conclusão dos encontros será apresentada conforme os seguintes temas:

- Missão e visão de futuro para o Ministério Público;
- Contribuições do Ministério Público para a sociedade;
- Resultados Institucionais do Ministério Público;
- Atividades finalísticas de excelência do Ministério Público;
- Principais iniciativas do Ministério Público;
- Diretrizes para uma atuação integrada do Ministério Público.

## 1. Missão e visão de futuro para o Ministério Público

BRASÍLIA	PORTO ALEGRE	SÃO PAULO	RIO BRANCO
<b>MISSÃO</b> Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis para a concretização dos ideais democráticos e da cidadania.	<b>MISSÃO</b> Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, contribuindo para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.	<b>MISSÃO</b> Defender a Ordem Jurídica, o Regime Democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, induzindo políticas públicas transformadoras da realidade social.	<b>MISSÃO</b> Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis.
SALVADOR	BELÉM	RIO DE JANEIRO	FORTALEZA
<b>MISSÃO</b> Defender o Estado Democrático de Direito, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.	<b>MISSÃO</b> Fortalecer o regime democrático, defender a ordem jurídica e promover os direitos difusos, coletivos e individuais indisponíveis, para assegurar uma sociedade mais justa e solidária.	<b>MISSÃO</b> Promover justiça e cidadania com independência e autonomia.	<b>MISSÃO</b> Defender a ordem jurídica, o regime democrático, os interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis, atuando como agente transformador da sociedade para a concretização dos ideais democráticos e da cidadania.



## VISÃO DE FUTURO

BRASÍLIA	PORTO ALEGRE	SÃO PAULO	RIO BRANCO
<p><b>VISÃO</b> Consolidar-se como instituição acessível à população, independente, confiável, moderna e integrada, reconhecida por sua transparência e atuação eficaz na defesa dos direitos fundamentais, dos interesses sociais, da cidadania e do regime democrático.</p>	<p><b>VISÃO</b> Instituição reconhecida por sua atuação proativa, efetiva e indispensável ao exercício da cidadania e à transformação social, por meio do diálogo com a sociedade.</p>	<p><b>VISÃO</b> Ser consolidado e reconhecido como Instituição essencial e eficiente na defesa da ordem jurídica e na tutela dos interesses da sociedade, bem como efetivamente unificado, integrado e equilibrado estruturalmente, com nova nomenclatura (Promotores de Justiça) para seus membros, nova identidade visual (Ministério Público do Brasil) e padronização de rotinas de trabalho.</p>	<p><b>VISÃO</b> Ser instituição de referência na transformação efetiva da realidade social, induzindo políticas públicas e fortalecendo a consciência de cidadania.</p>

SALVADOR	BELÉM	RIO DE JANEIRO	FORTALEZA
<p><b>VISAO</b> Ser reconhecido como instituição de referência na construção da justiça social e da cidadania, com elevados padrões de eficiência.</p>	<p><b>VISAO</b> Uma instituição de excelência, proativa, fortalecida e integrada, referência social na articulação de políticas públicas e na mediação de conflitos sociais.</p>	<p><b>VISAO</b> Ser uma instituição acessível, proativa, transformadora da realidade social, indispensável à preservação da ordem jurídica e da democracia.</p>	<p><b>VISAO</b> Instituição autônoma, fiscalizadora, mediadora de conflitos sociais, com atuação eficaz e coordenada na implementação dos direitos sociais, coletivos e da cidadania.</p>

## 2. Contribuições do Ministério Público para a sociedade

BRASÍLIA	PORTO ALEGRE	SÃO PAULO	RIO BRANCO
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Manutenção e defesa do Estado Democrático de Direito.</li> <li>▪ Promoção da igualdade, redução das desigualdades sociais e melhoria da qualidade de vida do cidadão, por meio da efetivação dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.</li> <li>▪ Manutenção do equilíbrio e da paz social.</li> <li>▪ Efetividade do princípio da dignidade da pessoa humana e do exercício da cidadania.</li> <li>▪ Proteção do meio ambiente.</li> <li>▪ Redução da criminalidade, da corrupção e de fraudes à Constituição e à lei.</li> <li>▪ Efetivação dos princípios da Administração Pública.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Políticas públicas efetivas, através da fiscalização e do fomento.</li> <li>▪ Solução de conflitos, pela convergência de esforços entre os três setores (público, privado e sociedade civil organizada) e a comunidade.</li> <li>▪ Catalisação de demandas da sociedade como canal de acesso amplo, aberto e informal.</li> <li>▪ Redução da criminalidade, corrupção, improbidade e impunidade.</li> <li>▪ Promoção e fixação de valores democráticos e da ordem jurídica na sociedade.</li> <li>▪ Promoção do efetivo exercício da cidadania com estímulo à democracia participativa.</li> <li>▪ Ampliação da transparência nas áreas, órgãos ou entidades que utilizam recursos e serviços de Interesse público.</li> <li>▪ Contribuição para a celeridade processual e controle do processo.</li> <li>▪ Promoção da qualidade de vida com sustentabilidade (segurança, cidadania, meio ambiente, saúde, educação integral e de qualidade, trabalho, consumo, etc.).</li> <li>▪ Desenvolvimento e divulgação de conhecimentos técnicos específicos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Justiça social.</li> <li>▪ Respeito à dignidade da pessoa humana.</li> <li>▪ Democracia participativa.</li> <li>▪ Cumprimento das políticas públicas, em especial as relativas à saúde, educação, meio ambiente, urbanismo, infância e juventude e hipossuficientes.</li> <li>▪ Meio ambiente ecologicamente equilibrado.</li> <li>▪ Redução da criminalidade.</li> <li>▪ Redução da corrupção.</li> <li>▪ Garantia da probidade administrativa e dos princípios da Administração Pública.</li> <li>▪ Sistema de Saúde pública eficiente.</li> <li>▪ Criança e adolescente integralmente protegidos.</li> <li>▪ Erradicação da miséria e garantia de segurança alimentar.</li> <li>▪ Trabalho decente.</li> <li>▪ Educação de qualidade para todos.</li> <li>▪ Consumo sustentável.</li> <li>▪ Justiça célere.</li> <li>▪ Eliminação dos fatores e espécies de exclusão social.</li> <li>▪ Solução dos conflitos com incremento da prestação extrajudicial e busca do aprimoramento da prestação jurisdicional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promover a defesa do meio ambiente, em todas as suas formas.</li> <li>▪ Promover de forma eficaz a segurança pública.</li> <li>▪ Fortalecer o exercício pleno da cidadania.</li> <li>▪ Assegurar os direitos fundamentais dos trabalhadores.</li> <li>▪ Proteger os direitos das crianças e dos adolescentes.</li> <li>▪ Defender o patrimônio público, social e a probidade administrativa.</li> <li>▪ Defender e promover o acesso, permanência e qualidade da educação.</li> <li>▪ Defender o acesso pleno e a qualidade dos serviços de saúde.</li> <li>▪ Fortalecer, por meio da tutela coletiva, a proteção jurídica dos cidadãos nas relações de consumo.</li> <li>▪ Defender o interesse dos idosos, das pessoas com deficiência e das minorias.</li> </ul>

SALVADOR	BELÉM	RIO DE JANEIRO	FORTALEZA
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Redução das desigualdades e vulnerabilidades sociais: saúde, educação, cidadania e distribuição de renda;</li> <li>▪ Fomentar e participar da interlocução entre instituições públicas e privadas, órgãos do Estado e Sociedade;</li> <li>▪ Controle das arbitrariedades do Estado;</li> <li>▪ Tutela do meio ambiente;</li> <li>▪ Tutela da probidade administrativa e patrimônio público;</li> <li>▪ Tutela difusa da segurança pública;</li> <li>▪ Resolução extrajudicial de conflitos;</li> <li>▪ Contribuição no processo legislativo;</li> <li>▪ Fácil acesso do cidadão ao MP;</li> <li>▪ Maior transparência e visibilidade, com divulgação do trabalho do MP;</li> <li>▪ Buscar a garantia do princípio da duração</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Efetivação de direitos e garantias fundamentais;</li> <li>▪ Ampliação da consciência acerca do conhecimento e cumprimento da lei;</li> <li>▪ Fortalecimento do respeito às instituições democráticas;</li> <li>▪ Prevenção e repressão às violações a direitos tutelados, com redução da sensação de impunidade;</li> <li>▪ Proteção aos princípios da administração pública e aperfeiçoamento dos mecanismos de controle social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Combate à criminalidade e à impunidade.</li> <li>▪ Redução das desigualdades sociais.</li> <li>▪ Combate à corrupção e à improbidade administrativa.</li> <li>▪ Proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado.</li> <li>▪ Proteção integral dos direitos da criança e do adolescente.</li> <li>▪ Garantia do acesso universal aos serviços públicos de saúde, educação e assistência social.</li> <li>▪ Efetivação dos direitos humanos, em especial das minorias, mulheres, idosos e pessoas com deficiência.</li> <li>▪ Fomento e promoção de políticas públicas</li> <li>▪ Garantia do acesso à Justiça e a todos os serviços essenciais do Estado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Meio ambiente preservado com desenvolvimento sustentável</li> <li>▪ Meio ambiente de trabalho salubre e equilibrado</li> <li>▪ Redução dos impactos materiais e humanos das calamidades públicas</li> <li>▪ Erradicação de trabalho escravo e do trabalho infantil</li> <li>▪ Redução da informalidade nas relações do trabalho</li> <li>▪ Eleições limpas</li> <li>▪ Transparência e moralidade da administração pública</li> <li>▪ Redução da corrupção</li> <li>▪ Redução da impunidade</li> <li>▪ Redução de criminalidade</li> <li>▪ Redução do comércio e uso de drogas ilícitas e efetividade das políticas públicas de recuperação de usuários</li> <li>▪ Melhoria das condições carcerárias</li> <li>▪ Segurança e aplicação do Direito no ambiente cibernético</li> <li>▪ Efetividade do direito de acesso universal à saúde</li> <li>▪ Efetividade do direito à educação universal de qualidade</li> </ul>



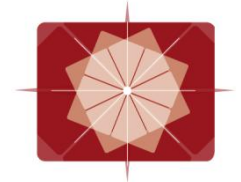
<p>razoável do processo judicial e procedimentos extrajudiciais;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Assegurar a democracia representativa e o voto livre e consciente;</li><li>▪ Promover a conscientização da sociedade acerca da importância do controle social e da intervenção social nas políticas públicas.</li></ul>			<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Efetividade das medidas de proteção às crianças/adolescentes em situação de risco</li><li>▪ Efetividade dos direitos do idoso</li><li>▪ Efetividade dos direitos da pessoa com deficiência</li><li>▪ Redução de todas as formas de discriminação e preconceito</li><li>▪ Relações justas de consumo</li><li>▪ Efetividade do acesso à justiça via demandas coletivas</li></ul>
--	--	--	--

### 3. Resultados Institucionais do Ministério Público

BRASÍLIA	PORTO ALEGRE	SÃO PAULO	RIO BRANCO
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Efetivação dos direitos da criança, do adolescente e do idoso.</li> <li>▪ Concretização do princípio da igualdade</li> <li>▪ Redução da criminalidade.</li> <li>▪ Manutenção, adequação e recuperação do meio ambiente.</li> <li>▪ Fortalecimento da cidadania.</li> <li>▪ Redução da improbidade administrativa</li> <li>▪ Efetivação do direito à saúde.</li> <li>▪ Efetivação do direito à educação de qualidade</li> <li>▪ Manutenção do Estado Democrático de Direito.</li> <li>▪ Exercício pleno dos direitos individuais indisponíveis.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Redução da criminalidade, da corrupção e da impunidade.</li> <li>▪ Transparência e publicidade na atuação ministerial.</li> <li>▪ Pacificação dos conflitos sociais priorizando a via extrajudicial.</li> <li>▪ Fortalecimento da cidadania e da dignidade, com prioridade nas áreas da saúde, educação, direitos do consumidor, meio ambiente, relações de trabalho, trabalho escravo, infância e adolescência, segurança pública.</li> <li>▪ Incremento da sustentabilidade ambiental e social e estímulo à responsabilidade social.</li> <li>▪ Efetividade do resultado nas ações do Ministério Público.</li> <li>▪ Fortalecimento da unidade institucional de todos os ramos do Ministério Público e entre eles.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Redução da criminalidade, com ênfase no crime organizado, crimes de fronteira, tráfico de entorpecentes e crimes violentos.</li> <li>▪ Assegurar a defesa do patrimônio público: controle da probidade administrativa, inclusive no aspecto criminal, e fiscalização quanto à efetiva prestação dos serviços públicos.</li> <li>▪ Assegurar o absoluto respeito aos direitos fundamentais, com destaque: a)saúde; b) educação; c) minorias (idosos, portadores de deficiência, etnias,etc.); d)infância e juventude (doutrina da proteção integral da criança e do adolescente); e) dignidade no trabalho; f) consumidor; g) meio ambiente, em todos os seus aspectos (laboral, artificial, natural).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promover ações de combate às organizações criminosas, lavagem de capital e contra a organização do trabalho;</li> <li>▪ Atuar de forma integrada e preventiva no âmbito da tutela coletiva da segurança pública;</li> <li>▪ Fortalecer a atuação extrajudicial e o funcionamento adequado dos conselhos de direito;</li> <li>▪ Promover medidas judiciais e extrajudiciais para proteção dos direitos fundamentais, assegurando inclusive os direitos das minorias;</li> <li>▪ Fortalecer e aprimorar o programa de proteção às vítimas, familiares e testemunhas;</li> <li>▪ Fomentar a atuação integrada entre os diversos ramos do Ministério Público brasileiro, bem como com todos os órgãos de controle administrativo (CGU, CGEs, TCEs, TCU e TCMs);</li> <li>▪ Assegurar a defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos;</li> <li>▪ Promover a defesa do meio ambiente natural, artificial, cultural e do trabalho;</li> <li>▪ Aumentar a visibilidade do Ministério Público e a compreensão da sociedade em relação ao papel da instituição;</li> <li>▪ Fortalecer a democracia.</li> </ul>



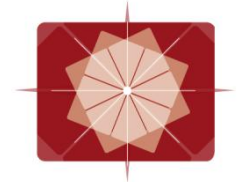
SALVADOR	BELÉM	RIO DE JANEIRO	FORTALEZA
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Redução da corrupção e punição dos autores;</li> <li>▪ Garantia da qualidade do sistema de saúde pública;</li> <li>▪ Atuação eleitoral permanente e proativa na prevenção e combate aos ilícitos;</li> <li>▪ Fortalecimento da política e da rede de proteção à criança e ao adolescente;</li> <li>▪ Proteção do meio ambiente, de forma compatibilizada com o desenvolvimento sustentável;</li> <li>▪ Redução e prevenção da criminalidade;</li> <li>▪ Redução dos delitos das organizações criminosas, punição dos criminosos do “colarinho branco” e recuperação dos recursos públicos indevidamente apropriados;</li> <li>▪ Prevenção e repressão de abusos policiais e incremento da eficiência e eficácia da investigação policial;</li> <li>▪ Erradicação do trabalho infantil;</li> <li>▪ Erradicação do trabalho escravo;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Acolhida, em parte, a sugestão do grupo 01 – “Redução da impunidade, por meio do controle preventivo da administração pública e do combate à criminalidade organizada, à corrupção e à improbidade administrativa”;</li> <li>▪ “Promoção da igualdade de oportunidades e combate à discriminação em todas as esferas”;</li> <li>▪ Acolhidas as sugestões dos grupos 01 e 05 – “Indução da criação e implementação de políticas públicas para a concretização dos direitos humanos e fundamentais, especialmente a saúde, a educação, a segurança pública, o meio ambiente e o trabalho decente”;</li> <li>▪ Rejeitada a sugestão do grupo 06, por constituir processo interno (meio) e não resultado;</li> <li>▪ Rejeitada a sugestão do grupo 05, por constituir processo interno (meio) e não resultado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Incremento da efetividade da lei penal.</li> <li>▪ Incremento da efetividade das garantias sociais e individuais indisponíveis</li> <li>▪ Fomento e concretização de políticas públicas sócio-ambientais</li> <li>▪ Garantia da lisura dos processos eleitorais</li> <li>▪ Redução da corrupção e da improbidade administrativa com o fortalecimento dos princípios constitucionais aplicáveis à administração pública</li> <li>▪ Incremento da atuação do Ministério Público como agente de transformação social</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promover a probidade na gestão pública e a redução da corrupção</li> <li>▪ Combater o desvio de finalidade na aplicação de recursos públicos, incluindo entidades do chamado Terceiro Setor</li> <li>▪ Combater a criminalidade</li> <li>▪ Defender o meio ambiente e garantir o desenvolvimento sustentável</li> <li>▪ Defender os direitos sociais à saúde e à educação públicas</li> <li>▪ Defender relações justas de consumo</li> <li>▪ Reduzir as desigualdades no trabalho</li> <li>▪ Defender crianças, adolescentes, idosos, pessoas portadoras de deficiências e outros grupos socialmente discriminados</li> <li>▪ Exigir a implementação e continuidade de políticas públicas e ações governamentais do interesse da</li> </ul>



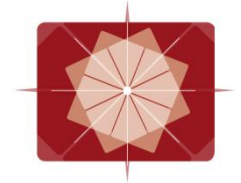
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Garantia da qualidade da educação pública;</li><li>▪ Efetivação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;</li><li>▪ Garantia dos direitos dos grupos socialmente vulneráveis (idosos, pessoas com deficiências e etc);</li><li>▪ Redução da violência contra a mulher;</li><li>▪ Prestação eficiente dos serviços essenciais aos consumidores;</li><li>▪ Atuação integrada e harmônica entre os ramos do Ministério Público;</li><li>▪ Maior integração interna entre instâncias e órgãos de execução nos diversos ramos do Ministério Público, objetivando uma maior eficácia e eficiência nos resultados;</li><li>▪ Redução das desigualdades sociais e maior distribuição da renda.</li></ul>			<p>coletividade</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Zelar pela lisura no processo eleitoral e pelo exercício consciente do voto</li><li>▪ Erradicar o trabalho escravo</li><li>▪ Promover a humanização do sistema prisional</li></ul>
---	--	--	--

## 4. Atividades finalísticas de excelência do Ministério Público

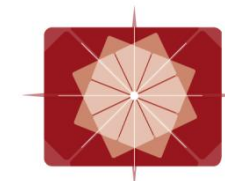
BRASÍLIA	PORTO ALEGRE	SÃO PAULO	RIO BRANCO
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fortalecimento das parcerias institucionais:               <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Integrar os ramos do MP;</li> <li>✓ Incrementar parcerias com outras instituições, incluindo o Judiciário;</li> <li>✓ Buscar maior acesso a bancos de dados, inclusive do Judiciário;</li> <li>✓ Obter a efetiva implementação dos termos de cooperação.</li> </ul> </li> <li>▪ Criação de um banco integrado de dados do MP Brasileiro:               <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Compilar dados dos procedimentos e processos existentes (interessados, investigados, temas, estágio atual);</li> <li>✓ Padronizar a taxonomia;</li> <li>✓ Armazenar dados que indiquem os resultados da atuação;</li> <li>✓ Aprimorar a comunicação interna;</li> </ul> </li> <li>▪ Elaboração de estatísticas nacionais do trabalho desenvolvido e dos resultados alcançados:               <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Promover e divulgar ações relevantes, estimulando a atuação dos membros e servidores</li> <li>✓ Concretizar o princípio da transparência</li> </ul> </li> <li>▪ Criação de escola ou centro nacional de estudos para capacitação de membros e</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Necessidade de padronizar ('standard' mínimo a todos os ramos do MP definido pelo CNMP) e capacitar serviços auxiliares, especificamente assessoria vinculada diretamente à atuação do Membro(técnicos na área jurídica e pericial em geral); priorizar a alocação dos servidores na atividade-fim.</li> <li>▪ Racionalização do tempo de trabalho, definindo prioridades com maior foco na atuação proativa.</li> <li>▪ Comunicação social; interação do MP com a sociedade, tanto através da mídia quanto diretamente (v.g., audiências públicas, veículos próprios de divulgação, a exemplo da internet, etc.), incluindo veiculação das suas atividades/iniciativas do Parquet bem assim na captação da divulgação de fatos que possam ensejar o desempenho ministerial; na difusão do atos institucionais, destacar a atuação do MP e não do Órgão – contemporizando a autopromoção, de forma a</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Atuação por meio da formação de grupos temáticos ou regionalizados para combate ao crime organizado; atuação dos GAECOs, por meio da formação de grupos temáticos ou regionalizados.</li> <li>▪ Atuar no combate ao crime de lavagem de ativos aprofundando os mecanismos de análise, pesquisas e perícias internas.</li> <li>▪ Atuar na recuperação de ativos, trabalhando com índices de recuperação.</li> <li>▪ Aprofundar o controle externo da atividade policial.</li> <li>▪ Combate à improbidade administrativa, fortalecendo os órgãos de controle externo e interno.</li> <li>▪ Combate aos crimes dolosos contra a vida, mediante a integração proativa com os seguimentos envolvidos na política pública de segurança.</li> <li>▪ Promover a valorização do trabalho, especialmente por meio da erradicação do trabalho escravo, erradicação do trabalho infantil, promoção da igualdade nas relações de trabalho e combate às fraudes nas relações de trabalho.</li> <li>▪ Assunção da corresponsabilidade pelo resultado da investigação criminal.</li> <li>▪ Combater os crimes contra a administração pública.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Intensificar o controle externo difuso e concentrado da atividade policial, com a criação de promotorias especializadas;</li> <li>▪ Estruturar os GAECOs;</li> <li>▪ Construir a doutrina de inteligência e contrainteligência aplicada ao Ministério Público;</li> <li>▪ Intensificar o combate aos crimes ambientais, desmatamentos, queimadas, ocupação irregular do solo;</li> <li>▪ Fomentar o processo de regularização fundiária na Amazônia;</li> <li>▪ Promover ações extrajudiciais e judiciais para combater a grilagem e a organização do espaço urbano e defender políticas e práticas ambientais sustentáveis;</li> <li>▪ Fortalecer a atuação na região de fronteira, com ênfase no tráfico de drogas, de pessoas, de armas, contrabando, descaminho, roubo de veículos e biopirataria;</li> <li>▪ Implementar campanhas educativas e preventivas visando proteger o meio ambiente natural, artificial, cultural e do trabalho;</li> </ul>



<p>servidores de todos os ramos</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Melhoria da comunicação com a sociedade.<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Investir em assessoria de comunicação;</li><li>✓ Estabelecer estratégia de comunicação institucional;</li><li>✓ Fomentar a participação do MP em redes sociais e de comunicação virtual;</li><li>✓ Incrementar a articulação com os atores sociais;</li><li>✓ Capacitar os membros para a comunicação com a sociedade;</li><li>✓ Estruturar as ouvidorias;</li><li>✓ Facilitar e aprimorar o atendimento ao público;</li><li>✓ Identificar as demandas da sociedade;</li></ul></li><li>▪ Conhecer a imagem que a sociedade tem do MP.</li><li>▪ Fortalecimento da unidade institucional:<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Visar o futuro da instituição;</li><li>✓ Mobilizar e integrar os membros em torno da missão institucional;</li><li>✓ Evitar fragmentação;</li><li>✓ Planejar atuações integradas e preventivas (forças-tarefa);</li><li>✓ Priorizar áreas de atuação;</li><li>✓ Implementar atuações conjuntas.</li></ul></li></ul>	<p>despersonalizar a responsabilidade; 'o desempenho funcional não pode ser contaminado pelo ego'.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Fixação de canais institucionais de interação de todos os MP's e respectivos ramos – matriz regulada pelo CNMP; hoje, segundo jurisprudência fixada pelo STF, conflito de atribuições ente MPE e MPU leva à competência originária da Suprema Corte, situação de todo pernicioso à prestação ministerial - nesse âmbito, o CNMP poderia atuar.</li><li>▪ Capacitação dos Membros (investimento nos centros de estudos e aperfeiçoamento funcional), atentando ao conhecimento multidisciplinar extrajurídico (tecnologia da informação, economia, ciências da natureza, engenharia, contabilidade etc.), cada mais imperioso à excelência da atuação ministerial; ensejar a universalidade de acesso aos Órgãos(forma presencial, à distância, etc.).</li><li>▪ Preparação do Membro e aprimoramento dos respectivos meios, TI, etc. à virtualização processual.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Atuação em defesa da ordem urbanística e do ambiente natural e do trabalho, inclusive mediante indução de políticas públicas.</li><li>▪ Promover a defesa dos grupos vulneráveis.</li><li>▪ Promover a garantia de acesso às políticas fundamentais de educação e saúde, mediante indução de políticas públicas voltadas a assegurar os direitos fundamentais.</li><li>▪ Construção de relacionamento baseado na unidade nos diversos graus de atuação do Ministério Público e na atribuição comum (eleitoral).</li><li>▪ Definição de metas globais desenvolvidas no nível tático e operacional, a partir da construção de indicadores de resultados.</li><li>▪ Construção de sistema de informação único entre todos os Ministérios Públicos.</li><li>▪ Compartilhamento de informações entre os órgãos e instituições atuantes na segurança pública.</li><li>▪ Realização de grupos de trabalhos interinstitucionais para definição de temas comuns e formas de atuação integrada.</li><li>▪ Realização de audiências públicas para promoção de diálogos com a sociedade e órgãos públicos respectivos.</li><li>▪ Enfoque da atuação como custos legis como forma de defender efetivamente os interesses públicos, sociais e individuais indisponíveis, valendo-se da via recursal com atuação processual plena em todos os graus de jurisdição.</li></ul>	<p>Planejamento Estratégico Regional</p> <p>mecanismos de</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Intensificar os mecanismos de controle preventivo da corrupção e fomentar o seu controle social;</li><li>▪ Aperfeiçoar os membros e o corpo técnico para o combate à corrupção;</li><li>▪ Efetivar a interiorização dos Ministérios Públicos, assegurando-lhe maior capilaridade e presença social;</li><li>▪ Fortalecer os mecanismos de controle social e os conselhos de direito para implementação de políticas públicas;</li><li>▪ Criar promotorias especializadas em educação e qualificar o corpo técnico;</li><li>▪ Criar promotorias especializadas em saúde e qualificar o corpo técnico;</li><li>▪ Intensificar o combate às redes de exploração sexual infanto-juvenil, bem como reduzir a incidência de crianças e adolescentes em situação de risco;</li><li>▪ Intensificar a promoção e a defesa da efetivação dos direitos do idoso, da pessoa com deficiência, do consumidor e das minorias;</li><li>▪ Qualificar permanentemente os Membros do Ministério Público para atuação em direito eleitoral;</li><li>▪ Garantir a articulação regional e nacional entre os vários ramos do Ministério Público;</li><li>▪ Efetivar os direitos sociais dos trabalhadores;</li></ul>
---	---	---	---



SALVADOR	BELÉM	RIO DE JANEIRO	FORTALEZA
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ O grupo concordou, por unanimidade, com a proposta de exclusão de “priorizar a tutela coletiva” e, por maioria, da “defesa da ordem jurídica”, por considerá-los genéricos;</li><li>▪ O grupo rejeitou a proposta de substituição da expressão “Defesa da probidade administrativa” ao invés do combate à corrupção;</li><li>▪ Com relação aos demais temas sugeridos como prioritários, o grupo reconhece a sua relevância e manifesta preocupação em estabelecer um canal com maior legitimação para definir os níveis de prioridade;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Persecução criminal mais efetiva e célere no combate a criminalidade organizada, a corrupção e a improbidade administrativa;</li><li>▪ Promoção da tutela coletiva, especialmente na área da saúde, ambiental, educação e consumidor;</li><li>▪ Tornar mais eficaz a investigação direta pelo MP;</li><li>▪ Controle externo da atividade policial e da execução penal;</li><li>▪ Erradicação do trabalho infantil;</li><li>▪ Combate ao trabalho degradante e em condições análogas ao de escravo;</li><li>▪ Combate a informalidade nas relações de trabalho;</li><li>▪ Aplicação das normas de segurança e medicina do trabalho;</li><li>▪ Inserção das pessoas com deficiência na sociedade.</li></ul> <p>SEGUNDA PERGUNTA;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Grupos institucionais formados por integrantes de cada ramo para atuação conjunta em questões que envolvam áreas afins;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Priorizar a defesa dos direitos humanos e sociais, exigindo a promoção de políticas públicas e realizando o combate à violência, à corrupção e aos atos de improbidade administrativa. Para tal mister, enfatizar a atuação como órgão agente na tutela coletiva e na área criminal, racionalizando a atuação interventiva.</li><li>▪ Aprimorar a integração e a comunicação entre os órgãos internos de atuação, em suas diversas áreas e graus, em busca da efetividade do princípio da unidade.</li><li>▪ Identificação das zonas cinzentas de atribuição, de modo a aprimorar a atuação integrada, com a criação de um fórum e de uma estrutura permanente de institucionalização do diálogo interministerial.</li><li>▪ Estabelecimento de intercâmbio de dados e cooperação mútua, com canais e interlocutores bem definidos em cada instituição parceira, facilitando o diálogo.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Promover a efetivação do combate à violência de gênero e doméstica</li><li>▪ Garantir acesso universal à saúde (atenção básica, alta e média complexidade, assistência farmacêutica, assistência social)</li><li>▪ Fomentar a estruturação dos órgãos de Defesa Civil, para redução dos impactos em casos de calamidade pública</li><li>▪ Promover a defesa dos direitos das minorias e diversidades</li><li>▪ Intensificar ações de combate ao tráfico de drogas e a dependência química</li><li>▪ Intensificar ações articuladas entre os MPs, demais Poderes, órgãos públicos e sociedade civil</li><li>▪ Articular junto ao Sistema de Justiça ações voltadas ao combate à criminalidade organizada e ao tráfico de drogas</li><li>▪ Proteger e defender a infância e juventude</li><li>▪ Garantir as relações justas de consumo</li></ul>



	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Maior investimento na área de informática;</li><li>▪ Criação de um corpo técnico especializado nas áreas de engenharia, contabilidade, medicina, psicologia, inclusive com interação entre os ramos do MP;</li><li>▪ Criação de centros de inteligência estratégica para atuações preventivas e/ou repressivas do MP;</li><li>▪ Promover a capacitação de membros e servidores.</li></ul>		<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Combater as <sup>Plano de Estruturação</sup>condutas improbáveis fiscalizando os recursos públicos</li><li>▪ Atuação integrada com os demais ramos do MP e órgãos afins no combate à corrupção, sonegação fiscal e crimes contra a ordem tributária</li><li>▪ Combater o trabalho escravo e infantil</li><li>▪ Proteger o trabalhador adolescente</li><li>▪ Fiscalizar o meio ambiente do trabalho</li><li>▪ Combater o desmatamento ilegal</li><li>▪ Promover a articulação interna dos órgãos de execução nas ações institucionais</li><li>▪ Combater todas as formas de violência contra o idoso</li><li>▪ Proteger a cidadania do idoso através da cobrança de políticas públicas de inclusão</li><li>▪ Intensificar ações de combate á corrupção eleitoral</li><li>▪ Garantir a efetividade do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana (Direitos Humanos)</li></ul>
--	---	--	---

## 5. Principais iniciativas do Ministério Público

BRASÍLIA	PORTO ALEGRE	SÃO PAULO	RIO BRANCO
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Criação de mecanismos regionais compostos por membros de todos os ramos com reuniões periódicas com objetivo de integração e implementação do planejamento nacional por meio de ações concretas.</li> <li>▪ Criação de um centro nacional de formação aperfeiçoamento e capacitação dos membros do MP (ou implementação de convênios entre as instituições existentes).</li> <li>▪ Aperfeiçoamento do quadro técnico próprio e realização de convênios e parcerias com instituições visando proporcionar suporte técnico.</li> <li>▪ Integração com a sociedade civil e desenvolvimento de uma linguagem acessível ao cidadão.</li> <li>▪ Criação de banco de práticas bem sucedidas para replicação de projetos institucionais.</li> <li>▪ Criação de mecanismos nacionais para concretização dos projetos institucionais.</li> <li>▪ Monitorar e elencar as ocorrências sociais que demandem a atuação do maior número possível de ramos do MP, por meio da criação de banco de dados.</li> <li>▪ Priorizar atividades que reforcem a unidade e integração institucional.</li> <li>▪ Uniformizar e reforçar a estrutura material, pessoal, e regulamentar do MP.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Tornar mais rotineira a interação entre a cúpula e a base, tendendo tornar essa comunicação o mais rápida possível.</li> <li>▪ Aproximação entre os diversos ramos do MP, a fim de ter um conhecimento global dos problemas.</li> <li>▪ Interação com a sociedade, para buscar seus anseios.</li> <li>▪ Para que se traduza em nível operacional a prioridade estratégica, é preciso adotar, ainda que de forma mitigada, o princípio da oportunidade, aprimorando mecanismos de controle.</li> <li>▪ Criar mecanismos institucionais formais que possibilitem a solução mais rápida dos conflitos de atribuições, bem como proporcionar a atuação conjunta.</li> <li>▪ Incremento no número de membros, com a respectiva estrutura mínima de gabinete.</li> <li>▪ Incremento no número de servidores, entre estes analistas periciais, bem como a sua capacitação.</li> <li>▪ Participação dos membros da base nos órgãos colegiados, aos moldes do próprio CNMP.</li> <li>▪ Criar instâncias de comunicação periódica em vários níveis, envolvendo todos os níveis em ambiente de trabalho.</li> <li>▪ Criação de Banco de dados, de modo a integrar toda a instituição.</li> <li>▪ Incorporar mecanismos de gestão na aferição de resultados e acompanhamento de execução de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Especialização temática e proatividade em todos os graus.</li> <li>▪ Diagnosticar as causas dos problemas a serem enfrentados, por meio de análise de dados e serviço de inteligência.</li> <li>▪ Aperfeiçoamento dos canais de comunicação com a sociedade, com demais instituições públicas e privadas, sobretudo entre todos os ramos do MP.</li> <li>▪ Valorizar e aprimorar o atendimento ao cidadão.</li> <li>▪ Integração dos órgãos internos de cada ramo do MP, bem como entre ramos diversos.</li> <li>▪ Estabelecer um mecanismo eficiente de repasse de informações relativas ao conjunto de suas atribuições do membro sucedido ao sucessor.</li> <li>▪ Instituir e manter banco de dados que preserve a memória da atuação institucional.</li> <li>▪ Capacitação e aperfeiçoamento permanente de membros e servidores, na seara técnica, investigativa e jurídica.</li> <li>▪ Buscar o consenso institucional, seja no âmbito de cada ramo, seja entre os diversos ramos do MP.</li> </ul>	<p><b>I - COMBATER À CRIMINALIDADE: Controle Externo da Atividade Policial (COMO?):</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Acompanhar mais efetivamente a atividade policial (notícia crime, inquéritos), a partir de uma base comum de dados entre o MP e a Segurança Pública;</li> <li>2) Utilização de ferramentas de georeferenciamento criminal, para indução de políticas públicas na área de segurança (mapeamento nacional do crime e de sua dinâmica);</li> <li>3) criação de Promotorias de Segurança Pública para exercer o controle externo concentrado da atividade policial e cuidar da segurança pública como interesse difuso;</li> <li>4) interiorização dos órgãos de controle e combate à criminalidade, com ênfase nas áreas de fronteira, propiciando maior capilaridade à atuação ministerial;</li> <li>5) Criar grupos de estudos para desenvolvimento da doutrina de inteligência do MP;</li> <li>6) Padronização de estrutura mínima do GAECO.</li> </ol>

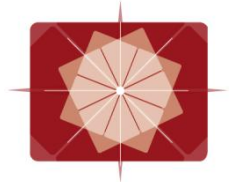


atividades finalísticas.

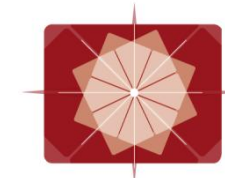
**II - CRIANÇA E ADOLESCENTE  
(COMO?):**

- 1) Interveniência efetiva para fortalecimento das ações das instâncias deliberativas e de controle da política de atendimento à criança e ao adolescente (Conselhos de Direitos e Tutelares);
- 2) Combate ao trabalho infantil, regularização do trabalho do adolescente e enfrentamento à exploração sexual, ao tráfico, para fins ou não de exploração sexual, por meios de ações judiciais, extrajudiciais e de parcerias;
- 3) Criação das Promotorias Especializadas em Educação;
- 4) Indução pelos instrumentos extrajudiciais e judiciais de políticas públicas para implementação do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo);
- 5) Indução pelos instrumentos extrajudiciais e judiciais para implementação de políticas públicas de medidas protetivas;
- 6) Implementar, através de parcerias interinstitucionais, Escola de Conselhos para a capacitação de Conselheiros e efetivação do princípio da participação popular;

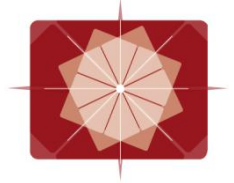




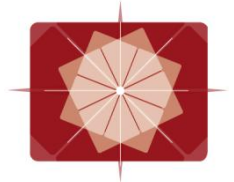
SALVADOR	BELÉM	RIO DE JANEIRO	FORTALEZA
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Implantar sistemas de Tecnologia da Informação e taxonomia amigáveis (integrados) entre todos os ramos do Ministério Público brasileiro, Poder Judiciário, Polícias e outras instituições, que atendam às demandas a médio e longo prazo;</li><li>▪ Implementar programas de integração institucional entre os ramos do Ministério Público, no que se refere a atividade finalística e de comunicação, fortalecendo atuações conjuntas em nível local, regional e nacional;</li><li>▪ Desencadear amplo processo de revisão e redefinição de atribuições no primeiro e segundo graus, com vistas ao fortalecimento como órgão agente;</li><li>▪ Implementação de banco de melhores práticas administrativas e de atividade fim, a ser gerido pelo CNMP, com vistas à disseminação entre os ramos do MP;</li><li>▪ Fazer gestões junto aos Poderes constituídos, deflagrar discussões com a sociedade e, se for o caso, ajuizar ações para garantir a real independência e autonomia financeira do Ministério Público brasileiro, inclusive buscando o aumento do limite de gastos com pessoal estabelecido pela LRF, de modo a propiciar o incremento de pessoal;</li><li>▪ Deflagrar discussões quanto à elegibilidade de membros do Ministério Público;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Criação do Núcleo de Inteligência Estratégica do Ministério Público – Setorial e Integrado.</li><li>▪ Criação de banco de dados e sistema de informática (como o e-jus) unificados, para atuação integrada dos MPs.</li><li>▪ Criação de um banco de dados unificado, com indicadores internos e externos para orientação da atuação estratégica do MP, bem como a criação de sistema para a formulação de indicadores internos.</li><li>▪ Criação de um ambiente (Forum permanente, encontros anuais, GTs, manuais, revista especializada, grupos de estudo e de trabalho etc.) de disseminação e discussão de “Boas Práticas” de atuação ministerial administrativa, judicial e extrajudicial.</li><li>▪ Criação de uma coordenação integrada de atuação judicial e extrajudicial em nível nacional e regional para atuação conjunta entre os vários ramos do MP, por meio de grupos móveis nacional e outros meios.</li><li>▪ Implantação de um canal de diálogo continuado com a sociedade por meio de audiências públicas, internet, fortalecendo as Ouvidorias para transparência de atuações e resultados do MP, e captação das reais necessidades da sociedade que dependem da atuação ministerial.</li><li>▪ Criação de um grupo especializado em políticas públicas em cada ramo do MP em nível regional e nacional para efetivar os direitos humanos, com a participação do MP no processo legislativo orçamentário, de políticas públicas e de matérias</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Formar grupos permanentes com a participação dos diversos ramos do MP para atuação e/ou discussão de temas específicos ou áreas de interesse.</li><li>▪ Construção de consolidação democrática do diálogo institucional: independência funcional x objetivos institucionais traçados.</li><li>▪ Repensar como tornar mais eficiente a atuação extrajudicial</li><li>▪ Maior interação MP x sociedade: Cidadania ativa – Conscientizar a sociedade do seu papel de fiscalização e da destinação do MP de defesa da sociedade.</li><li>▪ Formação de banco de dados unificados dos MPs, inclusive com criação de cadastros dos investigados e objeto, com amplo acesso de todos os membros.</li><li>▪ Otimizar a estrutura física e de pessoal dos diversos ramos do MP.</li><li>▪ Implementar um sistemas integrado de inteligência no MP, com acesso mutuo dos diversos ramos e articulação com outros sistemas de inteligência.</li><li>▪ Criar e implementar políticas e ações de segurança institucional</li><li>▪ Incrementar a área de recursos humanos, objetivando a capacitação e</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Celebrar termos de cooperação com instituições de fiscalização e controle (TCE/TCU/CGU), com vistas ao combate à corrupção e improbidade administrativa;</li><li>▪ Criação de banco de dados nacional, com alimentação obrigatória pelas unidades, a ser compartilhado entre todos os órgãos do MP (peças processuais, TAC’S, Recomendações, etc.);</li><li>▪ Instar o Poder Judiciário no sentido de priorizar as ações de natureza coletiva (ações civis públicas, ações de improbidade, etc.);</li><li>▪ Criar condições para capacitação dos membros e servidores do Ministério Público, tanto em atividades de gestão, como na atuação funcional (cursos de especialização, mestrado, doutorado, etc.);</li><li>▪ Criação de equipe permanente, com caráter operacional, formada por vários ramos do Ministério Público, visando atuação em ofícios especializados em diversas</li></ul>



<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Implementar medidas efetivas para garantir a revisão anual do subsídio dos membros do Ministério Público;</li><li>▪ Realizar estudos e ações para viabilizar a equiparação de subsídios entre os Ministérios Públicos;</li><li>▪ Virtualização dos procedimentos administrativos, de forma eficaz, de boa qualidade e de fácil utilização pelo usuário</li><li>▪ Implantação de programa de qualidade na gestão (gespública) para a atuação finalística do Ministério Público, com a fixação de metas e previsão de distinção e reconhecimento, especialmente com fins a uma atuação uniforme, prevendo que o cumprimento das metas sirva como critério para promoção e remoção por merecimento;</li><li>▪ Criação de estruturas de apoio técnico nas mais diversas áreas de atuação (cargos, núcleos, laboratórios, equipamentos, etc);</li><li>▪ Implantar ou aprimorar programas de capacitação e gestão de pessoas, abrangendo membros e servidores, com a finalidade de desenvolvimento de competências;</li><li>▪ Criação ou aprimoramento de Gabinete de Segurança Institucional;</li><li>▪ Criação de Comitê interinstitucional de gerenciamento de crises;</li><li>▪ Criação de Grupo de Defesa de Prerrogativas, de caráter nacional;</li><li>▪ Fixação de atribuição cumulativa nas searas cível e criminal no que se refere ao combate à corrupção;</li></ul>	<p>que impactem na atuação ministerial.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Priorizar ações e investimentos em tecnologia da informação e criar estratégias nacionais de capacitação e aperfeiçoamento dos membros e servidores.</li><li>▪ Criar ambiente favorável para inclusão de política institucional nos orçamentos do MP brasileiro alinhado ao planejamento estratégico nacional que contribuam com a efetividade dos direitos humanos.</li><li>▪ Priorizar a atuação preventiva, por meio de TAC, recomendações, tutelas de urgência.</li><li>▪ Criação de corpo técnico multidisciplinar que atenda as necessidades de cada ramo do MP.</li></ul>	<p>treinamento em geral.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Ampliação dos núcleos técnicos especializados com corpo de peritos próprio, em cada ramo, com cooperação recíproca.</li></ul>	<p>áreas (saúde, educação, meio ambiente, acessibilidade, consumidor, trabalho escravo, etc.);</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Aprimorar a interlocução com os movimentos sociais e com a sociedade em geral, através de programas que envolvam o Ministério Público nos bairros, comunidades e escolas.</li><li>▪ Permitir a disputa de mandatos eletivos por membros do MP e do Judiciário;</li><li>▪ Celebração de termos de cooperação com os órgãos de proteção ao meio ambiente, visando evitar a degradação do meio ambiente;</li><li>▪ Ampliar o corpo técnico de apoio aos membros, visando subsidiar a atuação dos membros do MP (técnicos em saúde, orçamento, meio ambiente, engenheiros, etc.);</li><li>▪ Promover a criação de ofícios especializados no MP, com o objetivo de otimizar os trabalhos;</li><li>▪ Exigir transparência e publicidade na gestão de recursos pelos gestores públicos fiscalizados;</li></ul>
---	--	--	--

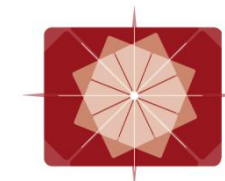


- |   |  |  |  |
|---|--|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Aumento da quantidade de Procuradorias e Promotorias de combate à corrupção e à criminalidade organizada;</li><li>▪ Criação de núcleo recursal para acompanhamento e viabilização das teses do MP nos tribunais superiores;</li><li>▪ Criação de estrutura de videoconferência para realização de reuniões, palestras, cursos, conferências e outros eventos, com vistas à economia de recursos, além da integração interinstitucional.</li></ul> |  |  |  |
|---|--|--|--|



## 6. Matérias para atuação integrada entre os diversos ramos do Ministério Público

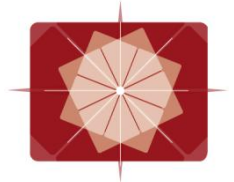
BRASÍLIA	PORTO ALEGRE	SÃO PAULO	RIO BRANCO
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Interlocução direta entre os ramos que atuam nos mesmos temas.</li><li>▪ Fortalecimento da unidade do Ministério Público Nacional, por meio da atuação conjunta dos membros pertencentes a ramos diversos, priorizando as atividades de promoção social e de políticas públicas.</li><li>▪ Implantação de banco de peças judiciais e extrajudiciais em cada ramo do Ministério Público da União e dos Estados, que seja acessível por todos os membros do Ministério Público. Sistema integrado de informações.</li><li>▪ Implantação de um núcleo de inteligência nacional para possibilitar o acesso aos bancos de dados dos Ministérios Públicos e demais entidades conveniadas (DETRAN/DENATRAN, INCRA, Receita Federal, Banco Central, COAF, SIAFI, etc).</li><li>▪ Implantação do Portal de transparência.</li><li>▪ Definição das zonas cinzentas, ou seja, aquelas em que se admite a atuação de vários ramos do Ministério Público. Exemplo: meio ambiente, direitos sociais, trabalho escravo, etc</li><li>▪ Realização de encontros temáticos/workshops, para debater os temas que ultrapassam as atribuições de um ramo específico.</li><li>▪ Criação de fóruns permanentes para discutir os temas eleitos como prioritários. Exemplos: corrupção, meio ambiente, saúde, educação, proteção à criança e ao adolescente, etc.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Criação de canais de comunicação oficial (rede social, email, 0800 etc), como fomento à integração e à efetividade da atuação conjunta, prevenindo eventuais conflitos e multiplicidade de investigações.</li><li>▪ Efetividade para a Resolução do CNMP que adota a tabela taxonômica.</li><li>▪ Sistema de informatização integrado para atuação conjunta dos diversos ramos do MP.</li><li>▪ Definição da interface comum apta a produzir relatórios que tragam subsídios para as metas do MP.</li><li>▪ Criação de centro de estudos para coordenar grupos de estudos nacionais e regionais e produzir diagnósticos sobre temas comuns ao MP.</li><li>▪ Criação de sistema comunicação social para divulgação da atuação do MP perante a sociedade brasileira, Estado Brasileiro e comunidade internacional.</li><li>▪ Diagnóstico da estrutura operacional existente e definição de uma estrutura mínima (pessoal, equipamentos, TI, etc) que viabilize a integração do MP.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Meio ambiente: a) PCHs; b) tutela da flora, fauna e biodiversidade; c) meio ambiente do trabalho.</li><li>▪ Patrimônio Público: a) obras do PAC, Copa, Olimpíadas; b) prestação de serviços públicos (terceirização); c) combate às fraudes em licitações e cartéis; d) combate à improbidade administrativa.</li><li>▪ Infância e Juventude: a) trabalho perigoso e insalubre; b) exploração sexual e atividade degradante; c) combate à evasão e violência escolar.</li><li>▪ Trabalho Escravo</li><li>▪ Crime Organizado: a) tráfico de drogas; b) lavagem de dinheiro; c) combate à corrupção.</li><li>▪ Eleitoral</li><li>▪ Institucional: a) MP como parte nos tribunais superiores; b) CNMP, Corregedoria e órgãos de revisão observando em suas atuações as prioridades eleitas; c) Criação de um núcleo na PGR para institucionalizar a integração entre os ramos do MP nas ações em trâmite nos tribunais superiores (STJ, STF e TSE); d) criação/acesso/fiscalização da alimentação de cadastros nacionais (registro de óbito, registro civil, registro imobiliário, juntas comerciais, DETRAN, registros criminais); e) CNMP como órgão de integração dos MPs;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Capacitação e treinamento continuado dos membros e servidores do Ministério Público, com metodologia padronizada pelo CNMP;</li><li>▪ Desenvolvimento de TI integrativa entre os diversos MP's, com compartilhamento das boas práticas;</li><li>▪ Defesa dos princípios da administração pública (integração entre MPT, MPF e MPE)</li><li>▪ Maior integração entre o Ministério Público dos Estados e o MPF com atuação nos Tribunais Superiores</li><li>▪ Crimes Trabalhistas – integração entre os ramos do MP (MPE, MPT e MPF) para conferir efetividade aos tipos penais trabalhistas.</li></ul>



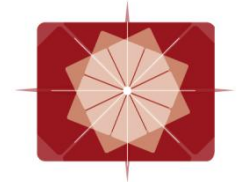
- Estabelecimento de parcerias entre os ramos do Ministério Público para a criação de forças-tarefa.
- Resoluções do CNMP, que estabeleçam diretrizes para o Ministério Público Nacional, devem partir de prévia discussão entre representantes dos diversos Ministérios Públicos.
- Criação de plano nacional de divulgação das ações e de comunicação com a sociedade.

f) compartilhamento do corpo pericial.

- Patrimônio Histórico e Cultural: arquivos públicos.
- Aliciamento de Trabalhadores
- Tráfico de Pessoas
- Eventos Específicos: PAC, COPA, Olimpíadas, portos e aeroportos.
- Acessibilidade: a) realização de TACs coletivos para assegurar outros direitos coletivos; b) defesa do meio ambiente urbano.
- Atividade Meio: a) licitação em conjunto por ramos do MP; b) convênios –cadastros nacionais.
- Cidadania: a) saúde; b) educação.



SALVADOR	BELÉM	RIO DE JANEIRO	FORTALEZA
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Cidadania – atuação integrada entre o MPT, MPE e MPF na proteção das minorias, gênero, idosos e pessoas com deficiência.</li><li>▪ Educação – atuação conjunta do Ministério Público Federal e Estadual na fiscalização do repasse de verbas federais e implementação dos programas sociais.</li><li>▪ Infância e juventude – atuação conjunta no combate ao trabalho infantil e à prostituição infanto juvenil.</li><li>▪ Meio ambiente – atuação integrada entre o MPE e MPF para a proteção do patrimônio cultural, urbanístico e para a proteção dos mananciais; entre o MPT, MPF e MPE para a destinação dos resíduos e trabalho nos lixões.</li><li>▪ Improbidade administrativa – atuação do MPE, MPF e MPT no combate à contratação irregular de servidores e empregados públicos, bem como na fiscalização da atuação das OSCIP's. Atuação conjunta do MPE e MPF no combate à corrupção. Atuação conjunta do MPE e MPF na tutela do patrimônio público.</li><li>▪ Eleitoral – maior integração entre o MPF, MPE e MPT (fiscalização da contratação de pessoas pelos partidos e coligações para trabalho na campanha eleitoral) na área eleitoral para o planejamento e acompanhamento do processo eleitoral.</li><li>▪ Saúde – atuação conjunta e integrada entre o MPE e MPF na fiscalização do repasse de</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Improbidade administrativa</li><li>▪ Forma de ingresso nos cargos e empregos públicos</li><li>▪ Trabalho escravo</li><li>▪ Exploração sexual infantil e tráfico de seres humanos</li><li>▪ Meio ambiente</li><li>▪ Patrimônio cultural</li><li>▪ Grandes eventos e projetos (Copa. Olimpíadas, PAC, Belo Monte etc.)</li><li>▪ Planejamento urbano</li><li>▪ Saneamento</li><li>▪ Saúde e educação</li><li>▪ Terceirização ilícita</li><li>▪ Relações de consumo e concentração econômica</li><li>▪ Entorpecentes</li><li>▪ Crime Organizado</li><li>▪ Proteção às minorias étnicas</li><li>▪ Promoção da igualdade de oportunidades e combate à discriminação em todas as esferas</li><li>▪ Acessibilidade das pessoas com deficiência</li><li>▪ Fortalecimento político dos MPs</li><li>▪ Integração administrativa entre os diversos órgãos (compartilhamento de informações, ferramentas, corpo técnico; criação de conselhos regionais; forças-tarefas; capacitação de membros e servidores; criação de uma escola nacional e sistema de inteligência)</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>1) CRIME ORGANIZADO<ul style="list-style-type: none"><li>▪ tráfico de drogas;</li><li>▪ tráfico de armas;</li><li>▪ combater a lavagem de dinheiro;</li><li>▪ atuação ministerial (MPE/MPF) na pedofilia e seu combate.</li></ul></li><li>2) CRIMES INTERNACIONAIS<ul style="list-style-type: none"><li>▪ “Crimes Internacionais Tipificados no Estatuto de Roma - TPI). Ex.1: crimes de guerra. Ex.2: crimes contra a humanidade</li></ul></li><li>3) TRABALHO ESCRAVO</li><li>4) COMBATE AOS ILÍCITOS E FRAUDES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NAS ESFERAS CÍVEL E CRIMINAL<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Fiscalizar PPP, OCIP, fundações e OS;</li><li>▪ Fiscalizar a aplicação dos repasses das verbas públicas federais.</li><li>▪ Concursos públicos e terceirizações</li></ul></li><li>CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL</li><li>EXECUÇÃO PENAL<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Integrar o MPE e o MPF, resolvendo conflitos relativos à transferência de presos em presídios federais. Ex.: Beira Mar.</li><li>▪ Aperfeiçoar a atuação conjunta na fiscalização do cumprimento da pena</li><li>▪ Trabalho do preso: jornada, intervalo, ambiente.</li></ul></li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Trabalho infantil: projetos integrados voltados para a educação nas escolas, desenvolvimento de políticas públicas, a criança no orçamento público, recursos, evasão escolar e seus desdobramentos, atuação e capacitação dos membros dos Conselhos Tutelares, etc.<ul style="list-style-type: none"><li>- Atuação: MPF, MPT e MPE.</li></ul></li><li>▪ Trabalho escravo: integração atuação cível, trabalhista e criminal.<ul style="list-style-type: none"><li>- Atuação: MPF, MPT e MPE.</li></ul></li><li>▪ Ilícitude dos Contratos de Terceirização<ul style="list-style-type: none"><li>- Atuação: MPF, MPT e MPE.</li></ul></li><li>▪ Tráfico de Pessoas Interno e Internacional, de drogas e armas.<ul style="list-style-type: none"><li>- Atuação: MPF, MPT e MPE.</li></ul></li><li>▪ Crime Organizado: estrutura e capacitação dos membros do MP.<ul style="list-style-type: none"><li>- Atuação: MPF e MPE.</li></ul></li><li>▪ A excelência no atendimento ao público.<ul style="list-style-type: none"><li>- Atuação conjunta.</li></ul></li><li>▪ Defesa de pessoas vulneráveis<ul style="list-style-type: none"><li>-Atuação: MPF, MPT e MPE.</li></ul></li><li>▪ Meio Ambiente.<ul style="list-style-type: none"><li>Ação conjunta.</li></ul></li></ul>



<p>verbas federais e implementação dos programas sociais. Fiscalização do modelo de contratação de pessoal pelas fundações de saúde.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Segurança pública – atuação conjunta entre MPE, MPF e MPT no combate à criminalidade organizada em suas múltiplas facetas (roubo em agências dos correios e casas lotéricas); trabalho escravo e tráfico de pessoas. Atuação integrada entre MPE e MPF na prevenção e repressão da violência urbana (tráfico de drogas, comércio de armas).</li></ul>		<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Ressocialização do preso no trabalho.</li><li>▪ Integrar a atuação ministerial visando a adotar penas alternativas efetivas. Ex.: não aplicar cesta básica enquanto pena alternativa.</li><li>▪ MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL</li><li>▪ Dano moral coletivo</li><li>▪ Meio ambiente do trabalho, inclusive para os servidores estatutários.</li><li>▪ Atuação conjunta na tutela do patrimônio histórico, inclusive o militar.</li><li>▪ Fazer operações conjuntas nos lixões;</li><li>▪ Fiscalização conjunta da Copa do Mundo bem como das Olimpíadas</li><li>▪ SAÚDE E EDUCAÇÃO</li><li>▪ Fiscalização do repasse e da aplicação das verbas</li><li>▪ INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA</li><li>▪ Valorizar a atuação conjunta na erradicação do trabalho infantil;</li><li>▪ Regularização do trabalho adolescente</li><li>▪ Combater a exploração sexual da criança e do adolescente</li><li>▪ Fiscalizar os abrigos e unidades de internação;</li><li>▪ Combater o tráfico de crianças</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Saúde Pública e processo de capacitação dos membros dos Conselhos de Saúde. Atuação: MPF, MPT e MPE.</li><li>▪ Fiscalização das Agências Reguladoras. Atuação: MPE e MPF.</li><li>▪ Agenda comum e periódica entre os ramos do MP (Educação, Saúde, Meio Ambiente, etc.) Atuação conjunta.</li><li>▪ Aperfeiçoar o sistema de comunicação e divulgação dos trabalhos desenvolvidos pelo MP. Atuação conjunta.</li><li>▪ Padronizar e normatizar instrumentos de comunicação entre os diversos ramos do MP, de modo que possam ser deprecados atos. Atuação conjunta.</li><li>▪ Solucionar conflitos de atribuições (incidente) entre os diversos ramos do MP, de modo a evitar a demanda judicial. Atuação conjunta.</li><li>▪ Improbidade e gestão pública. Atuação conjunta.</li><li>▪ Presença efetiva do MP junto à comunidade. Atuação conjunta.</li><li>▪ Ilícitos eleitorais. Atuação: MPF e MPE.</li></ul>
--	--	--	--

## 7. Avaliação de reação dos eventos

### 7.1 Brasília

AVALIAÇÃO DO SEMINÁRIO									
RESULTADO CONSOLIDADO DO SEMINÁRIO									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	9%	Regular	63%	Adequado	28%	Excelente
<b>1. ESTRUTURA DISPONIBILIZADA PARA O SEMINÁRIO</b>									
1.1. Quanto ao espaço de trabalho e infraestrutura do local:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	13%	Regular	74%	Adequada	13%	Excelente
1.2. Quanto à qualidade do coffee break:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	0%	Regular	65%	Adequada	35%	Excelente
1.2. Quanto à qualidade do material didático:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	26%	Regular	48%	Adequada	26%	Excelente
<b>2. AVALIAÇÃO DO MÉTODO DE TRABALHO</b>									
2.1. Quanto a contribuição do método de trabalho para a geração dos resultados:									
0%	Insatisfatória	4%	Inadequada	4%	Regular	54%	Adequada	38%	Excelente
2.2. Quanto ao tempo dedicado à reunião de trabalho:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	22%	Regular	48%	Adequada	30%	Excelente
2.3. Quanto à coerência do método aos objetivos e cultura da organização:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	9%	Regular	73%	Adequada	18%	Excelente
<b>3. AVALIAÇÃO DO CONSULTOR / FACILITADOR</b>									
3.1. Quanto ao domínio do método de trabalho:									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	9%	Regular	61%	Adequado	30%	Excelente
3.2. Quanto à clareza das explicações:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	4%	Regular	57%	Adequada	39%	Excelente
3.3. Quanto à contribuição dada para o alcance dos resultados:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	4%	Regular	74%	Adequada	22%	Excelente
<b>4. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS</b>									
4.1. Quanto à qualidade dos produtos gerados:									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	0%	Regular	70%	Adequado	30%	Excelente
4.2. Quanto ao cumprimento dos objetivos traçados para o encontro:									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	4%	Regular	74%	Adequado	22%	Excelente
4.3. Quanto ao atendimento às suas expectativas:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	9%	Regular	65%	Adequada	26%	Excelente

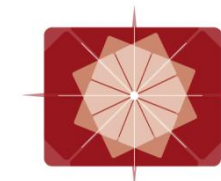


## 7.2 Porto Alegre

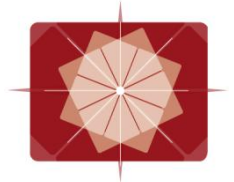
AVALIAÇÃO DO SEMINÁRIO										
RESULTADO CONSOLIDADO DO SEMINÁRIO										
	1%	Insatisfatório	2%	Inadequado	21%	Regular	49%	Adequado	27%	Excelente
<b>1. ESTRUTURA DISPONIBILIZADA PARA O SEMINÁRIO</b>										
1.1. Quanto ao espaço de trabalho e infraestrutura do local:										
	0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	8%	Regular	32%	Adequada	60%	Excelente
1.2. Quanto à qualidade do coffee break:										
	0%	Insatisfatória	4%	Inadequada	0%	Regular	32%	Adequada	64%	Excelente
1.2. Quanto à qualidade do material didático:										
	0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	32%	Regular	44%	Adequada	24%	Excelente
<b>2. AVALIAÇÃO DO MÉTODO DE TRABALHO</b>										
2.1. Quanto a contribuição do método de trabalho para a geração dos resultados:										
	4%	Insatisfatória	4%	Inadequada	20%	Regular	64%	Adequada	8%	Excelente
2.2. Quanto ao tempo dedicado à reunião de trabalho:										
	4%	Insatisfatória	8%	Inadequada	32%	Regular	44%	Adequada	12%	Excelente
2.3. Quanto à coerência do método aos objetivos e cultura da organização:										
	4%	Insatisfatória	4%	Inadequada	28%	Regular	56%	Adequada	8%	Excelente
<b>3. AVALIAÇÃO DO CONSULTOR / FACILITADOR</b>										
3.1. Quanto ao domínio do método de trabalho:										
	0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	17%	Regular	50%	Adequado	33%	Excelente
3.2. Quanto à clareza das explicações:										
	0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	28%	Regular	52%	Adequada	20%	Excelente
3.3. Quanto à contribuição dada para o alcance dos resultados:										
	0%	Insatisfatória	4%	Inadequada	24%	Regular	56%	Adequada	16%	Excelente
<b>4. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS</b>										
4.1. Quanto à qualidade dos produtos gerados:										
	0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	32%	Regular	40%	Adequado	28%	Excelente
4.2. Quanto ao cumprimento dos objetivos traçados para o encontro:										
	0%	Insatisfatório	4%	Inadequado	12%	Regular	60%	Adequado	24%	Excelente
4.3. Quanto ao atendimento às suas expectativas:										
	0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	21%	Regular	54%	Adequada	25%	Excelente

### 7.3 São Paulo

AVALIAÇÃO DO SEMINÁRIO									
RESULTADO CONSOLIDADO DO SEMINÁRIO									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	4%	Regular	45%	Adequado	51%	Excelente
<b>1. ESTRUTURA DISPONIBILIZADA PARA O SEMINÁRIO</b>									
1.1. Quanto ao espaço de trabalho e infraestrutura do local:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	0%	Regular	35%	Adequada	65%	Excelente
1.2. Quanto à qualidade do coffee break:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	3%	Regular	32%	Adequada	65%	Excelente
1.2. Quanto à qualidade do material didático:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	10%	Regular	48%	Adequada	42%	Excelente
<b>2. AVALIAÇÃO DO MÉTODO DE TRABALHO</b>									
2.1. Quanto à contribuição do método de trabalho para a geração dos resultados:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	6%	Regular	45%	Adequada	48%	Excelente
2.2. Quanto ao tempo dedicado à reunião de trabalho:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	16%	Regular	55%	Adequada	29%	Excelente
2.3. Quanto à coerência do método aos objetivos e cultura da organização:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	3%	Regular	58%	Adequada	39%	Excelente
<b>3. AVALIAÇÃO DO CONSULTOR / FACILITADOR</b>									
3.1. Quanto ao domínio do método de trabalho:									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	0%	Regular	35%	Adequado	65%	Excelente
3.2. Quanto à clareza das explicações:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	3%	Regular	52%	Adequada	45%	Excelente
3.3. Quanto à contribuição dada para o alcance dos resultados:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	3%	Regular	48%	Adequada	48%	Excelente
<b>4. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS</b>									
4.1. Quanto à qualidade dos produtos gerados:									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	0%	Regular	48%	Adequado	52%	Excelente
4.2. Quanto ao cumprimento dos objetivos traçados para o encontro:									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	0%	Regular	42%	Adequado	58%	Excelente
4.3. Quanto ao atendimento às suas expectativas:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	0%	Regular	45%	Adequada	55%	Excelente



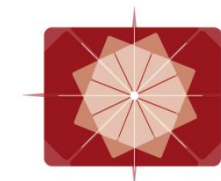
AVALIAÇÃO DO SEMINÁRIO									
RESULTADO CONSOLIDADO DO SEMINÁRIO									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	2%	Regular	64%	Adequado	34%	Excelente
<b>1. ESTRUTURA DISPONIBILIZADA PARA O SEMINÁRIO</b>									
1.1. Quanto ao espaço de trabalho e infraestrutura do local:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	0%	Regular	63%	Adequada	37%	Excelente
1.2. Quanto à qualidade do coffee break:									
5%	Insatisfatória	0%	Inadequada	5%	Regular	37%	Adequada	53%	Excelente
1.2. Quanto à qualidade do material didático:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	0%	Regular	68%	Adequada	32%	Excelente
<b>2. AVALIAÇÃO DO MÉTODO DE TRABALHO</b>									
2.1. Quanto a contribuição do método de trabalho para a geração dos resultados:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	0%	Regular	68%	Adequada	32%	Excelente
2.2. Quanto ao tempo dedicado à reunião de trabalho:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	11%	Regular	79%	Adequada	11%	Excelente
2.3. Quanto à coerência do método aos objetivos e cultura da organização:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	0%	Regular	74%	Adequada	26%	Excelente
<b>3. AVALIAÇÃO DO CONSULTOR / FACILITADOR</b>									
3.1. Quanto ao domínio do método de trabalho:									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	5%	Regular	37%	Adequado	58%	Excelente
3.2. Quanto à clareza das explicações:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	5%	Regular	63%	Adequada	32%	Excelente
3.3. Quanto à contribuição dada para o alcance dos resultados:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	0%	Regular	79%	Adequada	21%	Excelente
<b>4. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS</b>									
4.1. Quanto à qualidade dos produtos gerados:									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	0%	Regular	63%	Adequado	37%	Excelente
4.2. Quanto ao cumprimento dos objetivos traçados para o encontro:									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	0%	Regular	63%	Adequado	37%	Excelente
4.3. Quanto ao atendimento às suas expectativas:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	0%	Regular	68%	Adequada	32%	Excelente



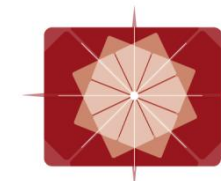
AVALIAÇÃO DO SEMINÁRIO									
RESULTADO CONSOLIDADO DO SEMINÁRIO									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	9%	Regular	57%	Adequado	33%	Excelente
<b>1. ESTRUTURA DISPONIBILIZADA PARA O SEMINÁRIO</b>									
1.1. Quanto ao espaço de trabalho e infraestrutura do local:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	6%	Regular	53%	Adequada	41%	Excelente
1.2. Quanto à qualidade do coffee break:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	0%	Regular	47%	Adequada	53%	Excelente
1.2. Quanto à qualidade do material didático:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	3%	Regular	85%	Adequada	12%	Excelente
<b>2. AVALIAÇÃO DO MÉTODO DE TRABALHO</b>									
2.1. Quanto a contribuição do método de trabalho para a geração dos resultados:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	3%	Regular	59%	Adequada	38%	Excelente
2.2. Quanto ao tempo dedicado à reunião de trabalho:									
6%	Insatisfatória	3%	Inadequada	18%	Regular	59%	Adequada	15%	Excelente
2.3. Quanto à coerência do método aos objetivos e cultura da organização:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	12%	Regular	62%	Adequada	26%	Excelente
<b>3. AVALIAÇÃO DO CONSULTOR / FACILITADOR</b>									
3.1. Quanto ao domínio do método de trabalho:									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	6%	Regular	50%	Adequado	44%	Excelente
3.2. Quanto à clareza das explicações:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	12%	Regular	53%	Adequada	35%	Excelente
3.3. Quanto à contribuição dada para o alcance dos resultados:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	9%	Regular	62%	Adequada	29%	Excelente
<b>4. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS</b>									
4.1. Quanto à qualidade dos produtos gerados:									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	18%	Regular	53%	Adequado	29%	Excelente
4.2. Quanto ao cumprimento dos objetivos traçados para o encontro:									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	9%	Regular	56%	Adequado	35%	Excelente
4.3. Quanto ao atendimento às suas expectativas:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	18%	Regular	50%	Adequada	32%	Excelente

## 7.6 Belém

AVALIAÇÃO DO SEMINÁRIO									
RESULTADO CONSOLIDADO DO SEMINÁRIO									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	3%	Regular	38%	Adequado	59%	Excelente
<b>1. ESTRUTURA DISPONIBILIZADA PARA O SEMINÁRIO</b>									
1.1. Quanto ao espaço de trabalho e infraestrutura do local:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	0%	Regular	32%	Adequada	68%	Excelente
1.2. Quanto à qualidade do coffee break:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	0%	Regular	48%	Adequada	52%	Excelente
1.2. Quanto à qualidade do material didático:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	3%	Regular	35%	Adequada	61%	Excelente
<b>2. AVALIAÇÃO DO MÉTODO DE TRABALHO</b>									
2.1. Quanto a contribuição do método de trabalho para a geração dos resultados:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	0%	Regular	35%	Adequada	65%	Excelente
2.2. Quanto ao tempo dedicado à reunião de trabalho:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	19%	Regular	45%	Adequada	35%	Excelente
2.3. Quanto à coerência do método aos objetivos e cultura da organização:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	3%	Regular	35%	Adequada	61%	Excelente
<b>3. AVALIAÇÃO DO CONSULTOR / FACILITADOR</b>									
3.1. Quanto ao domínio do método de trabalho:									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	0%	Regular	19%	Adequado	81%	Excelente
3.2. Quanto à clareza das explicações:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	0%	Regular	23%	Adequada	77%	Excelente
3.3. Quanto à contribuição dada para o alcance dos resultados:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	0%	Regular	35%	Adequada	65%	Excelente
<b>4. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS</b>									
4.1. Quanto à qualidade dos produtos gerados:									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	3%	Regular	48%	Adequado	48%	Excelente
4.2. Quanto ao cumprimento dos objetivos traçados para o encontro:									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	3%	Regular	45%	Adequado	52%	Excelente
4.3. Quanto ao atendimento às suas expectativas:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	3%	Regular	52%	Adequada	45%	Excelente



AVALIAÇÃO DO SEMINÁRIO									
RESULTADO CONSOLIDADO DO SEMINÁRIO									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	12%	Regular	54%	Adequado	34%	Excelente
<b>1. ESTRUTURA DISPONIBILIZADA PARA O SEMINÁRIO</b>									
1.1. Quanto ao espaço de trabalho e infraestrutura do local:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	0%	Regular	25%	Adequada	75%	Excelente
1.2. Quanto à qualidade do coffee break:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	4%	Regular	42%	Adequada	54%	Excelente
1.2. Quanto à qualidade do material didático:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	0%	Regular	75%	Adequada	25%	Excelente
<b>2. AVALIAÇÃO DO MÉTODO DE TRABALHO</b>									
2.1. Quanto a contribuição do método de trabalho para a geração dos resultados:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	17%	Regular	67%	Adequada	17%	Excelente
2.2. Quanto ao tempo dedicado à reunião de trabalho:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	21%	Regular	58%	Adequada	21%	Excelente
2.3. Quanto à coerência do método aos objetivos e cultura da organização:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	13%	Regular	63%	Adequada	25%	Excelente
<b>3. AVALIAÇÃO DO CONSULTOR / FACILITADOR</b>									
3.1. Quanto ao domínio do método de trabalho:									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	0%	Regular	50%	Adequado	50%	Excelente
3.2. Quanto à clareza das explicações:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	14%	Regular	41%	Adequada	45%	Excelente
3.3. Quanto à contribuição dada para o alcance dos resultados:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	8%	Regular	54%	Adequada	38%	Excelente
<b>4. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS</b>									
4.1. Quanto à qualidade dos produtos gerados:									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	25%	Regular	58%	Adequado	17%	Excelente
4.2. Quanto ao cumprimento dos objetivos traçados para o encontro:									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	17%	Regular	63%	Adequado	21%	Excelente
4.3. Quanto ao atendimento às suas expectativas:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	29%	Regular	54%	Adequada	17%	Excelente



AVALIAÇÃO DO SEMINÁRIO									
RESULTADO CONSOLIDADO DO SEMINÁRIO									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	16%	Regular	45%	Adequado	38%	Excelente
<b>1. ESTRUTURA DISPONIBILIZADA PARA O SEMINÁRIO</b>									
1.1. Quanto ao espaço de trabalho e infraestrutura do local:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	6%	Regular	33%	Adequada	61%	Excelente
1.2. Quanto à qualidade do coffee break:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	11%	Regular	44%	Adequada	44%	Excelente
1.2. Quanto à qualidade do material didático:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	17%	Regular	44%	Adequada	39%	Excelente
<b>2. AVALIAÇÃO DO MÉTODO DE TRABALHO</b>									
2.1. Quanto a contribuição do método de trabalho para a geração dos resultados:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	28%	Regular	33%	Adequada	39%	Excelente
2.2. Quanto ao tempo dedicado à reunião de trabalho:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	17%	Regular	67%	Adequada	17%	Excelente
2.3. Quanto à coerência do método aos objetivos e cultura da organização:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	28%	Regular	50%	Adequada	22%	Excelente
<b>3. AVALIAÇÃO DO CONSULTOR / FACILITADOR</b>									
3.1. Quanto ao domínio do método de trabalho:									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	6%	Regular	61%	Adequado	33%	Excelente
3.2. Quanto à clareza das explicações:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	22%	Regular	28%	Adequada	50%	Excelente
3.3. Quanto à contribuição dada para o alcance dos resultados:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	11%	Regular	39%	Adequada	50%	Excelente
<b>4. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS</b>									
4.1. Quanto à qualidade dos produtos gerados:									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	17%	Regular	61%	Adequado	22%	Excelente
4.2. Quanto ao cumprimento dos objetivos traçados para o encontro:									
0%	Insatisfatório	0%	Inadequado	11%	Regular	44%	Adequado	44%	Excelente
4.3. Quanto ao atendimento às suas expectativas:									
0%	Insatisfatória	0%	Inadequada	22%	Regular	39%	Adequada	39%	Excelente